

## LAÇOS SOCIAIS NA BABEL CONTEMPORÂNEA

Luis Carlos Fridman<sup>1</sup>  
Stefania Becattini Vaccaro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto foi escrito como um ensaio no objetivo de apresentar traços do delineamento da teoria social dado à globalização. Seus argumentos estão, principalmente, baseados na análise das obras Giddens, Bauman e Bourdieu, assim como, de Sennett, Castel e Elias. Seu contributo é evidenciar, para além dos aspectos econômicos da globalização, algumas das alterações profundas nas formas de convívio humano graças ao incessante dismantelamento e reconstrução das instituições; ao que se soma uma análise sobre as mudanças recentes na cultura e subjetividades contemporâneas. Ao final, se discute as repercussões sobre as motivações dos indivíduos à ação política na esfera pública.

**Palavras-Chaves:** Globalização. Economia Política. Sociabilização. Ação Política.

**Abstract:** This text was written as a test in order to present traces of delineation of social theory given to globalisation. Their arguments are, primarily, based on analysis of works Giddens, Bauman and Bourdieu, as Sennett, Castel and Elias. Your contribution is to show, in addition to the economic aspects of globalization, some of profound changes in the forms of human social life thanks to incessant dismantling and reconstruction of the institutions; to which is added an analysis of recent changes in culture and contemporary subjectivities. At the end, we discuss the effects on the motivation of individuals to political action in the public sphere.

**Key-words:** Globalisation. Political Economy. Socialization. Political Action.

---

*Puede ser que haya otro mundo dentro éste, pero no lo encontramos recortando su silueta en el tumulto fabuloso de los días y de las vidas, no lo encontraremos en la atrofia o la hipertrofia. Ese mundo no existe, hay que crearlo como el fénix.*  
**Cortázar – Rayuela**

---

<sup>1</sup> Professor Titular em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense.  
[lcfidman@bigghost.com.br](mailto:lcfidman@bigghost.com.br)

<sup>2</sup> Advogada e Professora de Direito Econômico. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Investigadora do Núcleo de Pesquisa – Direito, Cultura e Sociedade – da Faculdade de Direito de Vitória  
[fanivaccaro@yahoo.com.br](mailto:fanivaccaro@yahoo.com.br)

## Introdução

O processo de acentuado incremento das trocas materiais, do avanço tecnológico, da disseminação da informação e da distribuição de novos poderes não se resume ao aumento do volume de capitais que circulam todo dia no mundo à cata de oportunidades de lucro, medidos em trilhões de dólares. Autores como Anthony Giddens e Zygmunt Bauman associam a globalização ao incessante dismantelamento e reconstrução das instituições numa dinâmica que ocasiona profundas alterações nas formas de convívio humano. Suas análises postulam determinadas consequências e motivações para a ação política.

Em sentido complementar David Held e Anthony McGrew, em *Prós e contras da globalização* (2001:11), enfatizam o “processo de encolhimento” do mundo pela ultrapassagem dos fluxos econômicos diante das fronteiras e dos limites geográficos e, em sentido mais amplo, pela *compressão do tempo e do espaço* derivada da comunicação eletrônica instantânea e do transporte rápido de massa. Salientam que apesar da influência desse processo em todo o globo ser recente, por remontar ao final da década de 1960, suas transações já alcançam distâncias enormes e tempo cada vez mais curto, afetando as relações entre os homens em medida não suspeitada anteriormente.

Na economia, na política, na cultura e no conhecimento as barreiras são sucessivamente superadas resultando em uma interdependência acelerada. Acontecimentos distantes afetam os destinos locais e provocam mudanças estruturais nas interações e na organização social. Atualmente a “paz do meu cantinho” é difícil de ser sustentada porque a ação à distância não se resume a “algo que acontece com os outros”. Em qualquer lugar do mundo, mesmo onde são mantidos hábitos e valores arraigados, as atividades econômicas ou os estilos de vida podem estar sendo modificados por fatos que ocorrem muito longe dali.

Os idólatras da globalização associam o desenvolvimento tecnológico e social a benefícios que se alargam progressivamente pelo acesso a produtos e à expansão das trocas e das oportunidades. Porém, a globalização traz, em igual medida, novos infortúnios para imensas parcelas da humanidade. Boa parte da população mundial se vê excluída de seus benefícios, padecendo dos efeitos devastadores de quem está fora do jogo.

A compreensão da natureza desses fenômenos, contudo, não é ajudada por concepções regressivas que investem contra os dinamismos da modernidade. Nesse aspecto, vale lembrar Karl Marx em sua crítica aos operários luditas, que quebravam as máquinas por acreditarem que nelas estava a causa de seus sofrimentos. Em processo análogo, luditas pós-modernos podem se tornar quixotescos ao lutarem contra a compressão do tempo e do espaço, pois a restauração dos laços humanos danificados ou a mitigação das novas dores não se resolve pelo hipotético retorno ao passado ou à idealização de contextos sociais imunes às consequências da modernidade.

A evidente ligação da revolução técnico-científica com as enormes mudanças que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas, sob mecanismos e relações que transformaram as feições das grandes estruturas e do transcurso da vida cotidiana, altera as paisagens institucionais e desafia o pensamento social.

### **Globalização**

Nas palavras de Zygmunt Bauman (1999:8) “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une”, afinal a interdependência universal proporciona riqueza e proficiência para certos contingentes e um destino inglório para imensas massas humanas. A globalização, por um lado, uniformiza riqueza, consumo, acesso à tecnologia e oportunidades de intercâmbio material e cultural e, por outro, separa seus beneficiados daqueles que ficam abaixo de suas linhas de inclusão. Assim é que os moradores dos guetos negros da América, os ciganos romenos na França ou os mendigos albaneses da Itália exibem maior semelhança com a miséria presente nas ruas do Rio de Janeiro ou de Recife do que com seus vizinhos distantes apenas alguns quarteirões.

A globalização parece-nos um processo irrefreável e não benéfico para todos os povos, de modo que entendemos necessário aprofundar alguns de seus aspectos para melhor compreensão de sua dinâmica. O primeiro deles é a ideia de que os Estados Unidos da América são o “centro irradiador” da globalização, concepção que em nada se diferencia da noção de imperialismo. Um autor insuspeito por suas posições ideológicas, como o filósofo marxista italiano Antonio Negri parte da ideia de que a nova forma global de economia não reproduz as distinções associadas ao imperialismo dos Séculos XIX e XX. O imperialismo significou a extensão da soberania de determinados estados-nação sobre outros países ou localidades. Ou seja, o

prolongamento espacial de determinados centros de poder. Envolve um laço direto entre dominador e dominado e a ampliação do território do dominador, incluindo supremacia política e modos de produção específicos. A globalização, ao contrário, se estabelece em fluxos econômicos, sociais, políticos e culturais entre estados soberanos, supostamente livres. As regras do jogo são menos transparentes, os interesses (difusos) não seguem princípios nacionais, pois as formas de poder e de mando transbordam dos estados.

Não é possível, portanto, determinar um centro irradiador por mais que a globalização possa adquirir uma face americana. Os poderes e as capacidades de mando incorporam gradualmente o mundo inteiro em fronteiras abertas e em permanente expansão. A eficiência e a consolidação de tais redes prescindem de emblemas nacionais. Mesmo os estados mais poderosos não são capazes de regular as permutas econômicas e culturais que se estendem em rotas variadas, sobrepassando controles ou limites impostos a partir de fronteiras historicamente consolidadas.

Além disso, globalização e neoliberalismo não são sinônimos. Nas condições contemporâneas, projetos de supremacia econômica e política são operados por forças poderosas como aquelas que confluem para a aposta neoliberal e seus conhecidos efeitos perversos. Mas não é suficiente igualar a globalização ao neoliberalismo. Parece mais adequado dizer que, no atual cenário da globalização, o neoliberalismo é um projeto econômico-político que se impôs em grande parte do mundo. A conjugação de forças econômicas, políticas e mentalidades que o definem *sucede* ao invés de *anteceder* as inovações tecnológicas e o percurso do capitalismo que se move à velocidade do sinal eletrônico.

As redes globais de poder dotadas de intensa maleabilidade são erigidas e desmontadas em velocidade crescente. As relações sociais carecem de fixidez e ganham contornos e conteúdos distintos daqueles que marcaram o desenvolvimento do capitalismo industrial. A começar pelo capital, que se move de maneira diferenciada: não faz muito tempo ele se estabelecia duradouramente nas localidades e territórios, explorando os recursos naturais, os insumos e a força de trabalho. Atualmente ele transita velozmente e não tem dificuldade de “desarmar as suas tendas” (BAUMAN, 1999:18).

Enfim, a globalização não se resume a um conluio segundo estratégias definidas nos “escritórios do poder”, apesar da intensa e ininterrupta arregimentação de forças

para a consolidação de interesses. É um processo histórico, que se expandiu e se solidificou por meio da revolução técnico-científica e do avanço dos meios de comunicação e de transporte de massa nas últimas décadas, cujas características, sentidos e consequências afetam a produção da riqueza, a distribuição de poder, o mundo do trabalho, as formas de identidade e os vínculos cotidianos. As elites dominantes possuem mais recursos, e certamente os utilizam para fazer valer os seus propósitos, inclusive difundindo as suas iniciativas pelos ramos ideológicos da árvore da “única solução possível”. A globalização transcorre sob o signo de conflitos, tensões e contradições nos mais variados domínios da vida social. Envolve, portanto, luta e disputas por supremacia de projetos, e não é o resultado nefasto de um jogo de cartas marcadas.

### ***(De)composição Social***

Para Anthony Giddens a globalização é revolucionária. Seu trajeto intelectual atesta um domínio dos vários campos de teoria sociológica, o que o distingue de um formulador arrebatado e ingênuo e, no entanto, ele não se retrai perante a carga inequívoca associada à utilização da palavra “revolucionária”. Em sua argumentação, Giddens se insurge contra a ideia de que o mundo permanece igual, pois a transformação em curso é mais do que uma acrobacia do desenvolvimento capitalista. Considera que as diferenças são marcantes em relação ao passado recente e isso não quer dizer que a vida melhorou inequivocamente em toda parte ou que as diversas sociedades desfrutarão, mais cedo ou mais tarde, de seus benefícios. Para ele, a globalização ampliou possibilidades e desigualdades.

Em *Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós*, Giddens afirma: “Eu não hesitaria, portanto, em dizer que a globalização, tal como a estamos experimentando, é sob muitos aspectos não só nova, mas também revolucionária” (GIDDENS, 2000:20). Em seu entender, a globalização teria acelerado o processo de *destraditionalização* em que as relações sociais ultrapassam os contextos locais de interação e são reorganizadas, numa “ação à distância”, em outras magnitudes do tempo e do espaço. As referências tradicionais são desfeitas e os indivíduos necessitam, dentro de incessantes mudanças, acomodar a existência em bases novas. O mundo deixa de ser “familiar”, com todas as consequências liberadoras e perturbadoras desse fato.

Não se trata apenas da economia e do universo das trocas no ambiente da comunicação eletrônica instantânea. A mudança abarca os vínculos entre os indivíduos, os padrões de relação estabelecidos por longas séries de gerações e a dinâmica societária em geral. Nesse “mundo encolhido”, a política, a cultura e os modos de vida estão sendo profundamente afetados. A globalização incide sobre as rotinas, modifica a estruturação de laços há muito consolidados e se insinua em esferas da vida social anteriormente intocadas como, por exemplo, os sistemas tradicionais de família e de gênero:

Até onde sabemos pelo registro histórico, jamais houve antes uma sociedade em que as mulheres fossem sequer aproximadamente iguais aos homens. Esta é uma revolução verdadeiramente global da vida cotidiana, cujas consequências estão sendo sentidas no mundo todo, em esferas que vão do trabalho à política (GIDDENS, 2000:23).

A revolução assim concebida não significa câmbio estrutural nas relações econômicas e alteração radical das instituições; ao contrário, ela se fundamenta no conceito de “instituições-casca”, aquelas que permanecem apesar de terem mudado por dentro, entre elas nação, família, trabalho e tradição (GIDDENS, 2000:28). A revolução ocorreu “no miolo” e mesmo que as feições exteriores das instituições tenham sido preservadas as relações foram decisivamente modificadas. A globalização é assim caracterizada como um processo de alterações supranacionais no alcance das instituições e das ações que atinge todos os domínios da organização social, que redefine a própria ordem e as ações que a modificam.

Giddens insiste no nexos entre globalização e destradicionalização para propugnar o rompimento com a reivindicação da tradição de expressar a verdade ou um tipo exclusivo de verdade, o que não implica no seu desaparecimento (Giddens, 2000). Hábitos, costumes, crenças e rituais são reinventados tendo como base o presente. Para ele o dinamismo intrínseco da reprodução social na modernidade avançada que impele à destradicionalização é a “reflexividade”, entendida como “*exame e reforma das práticas sociais devido à informação permanentemente renovada* (ou autoconsciência que reordena e redefine as atividades) e presente em todas as esferas da vida social” (Giddens, 1991:45, grifos no original). O mundo da modernidade reflexiva é reorganizado pelo conhecimento que temos de nós mesmos e das circunstâncias materiais que nos cercam. Mas, ao contrário das grandes projeções do Iluminismo, em vez da utilização da razão propiciar uma vida social mais feliz e mais segura, a sociedade da descoberta e da invenção permanente é um mundo de possibilidades

abertas que inclui o desassossego. Os atordoamentos são grandes, mas, segundo Giddens, as gratificações também poderão ser amplas em uma vida experimentada sem as limitações tradicionais.

As consequências da reflexividade são liberadoras e assustadoras enquanto as condutas humanas são instáveis em vista do conhecimento que os atores têm das circunstâncias que cercam a sua ação. Nesse quadro de novas tensões e oportunidades, Giddens elabora uma expressão curiosa, a de que vivemos em um “mundo de pessoas inteligentes” (Giddens, 1996:15), que certamente desperta muitas objeções.

A reflexividade não se traduz nos indivíduos em consciência política, crítica social ou adoções ideológicas. De forma mais precisa, ela reflete o exame de como as pessoas leigas interpretam rotineiramente todos os tipos de informação para levarem adiante suas vidas. Giddens em *A constituição da sociedade* – onde explanou a sua *teoria da estruturação* – já antecipava a “capacidade de monitoração reflexiva da conduta” (GIDDENS, 1989:45) ou a “cognoscitividade incorporada às atividades práticas” (GIDDENS, 1989:72) como características constitutivas do mundo social. Em resumo, a reflexividade habita a “consciência prática” e o “seguir adiante” na vida; torna a tradição sujeita à interrogação no andamento da experiência cotidiana.

Em grandes traços, a cultura atual se produz em uma atmosfera de indagação permanente e dúvida radical – “condição existencial nas sociedades modernas” (GIDDENS, 1996:108) – pela difusão da informação. A reflexividade confere movimento às iniciativas institucionais e individuais. Ao invés do desencanto com o fracasso das “grandes narrativas” da modernidade, expresso na obra de Jean-François Lyotard, Giddens aponta para a renovação das aspirações pela dinâmica de desacordo permanente e de crítica, que gera a presença de autoridades múltiplas pela interrogação disseminada. O mundo encontra-se mais aberto e contingente pela propagação democratizante da perícia, com incidência sobre as instituições e as rotinas. Forças em movimento que levam à intensificação e à reorganização das relações sociais.

A “revolução” em marcha, na imagem de Giddens, não prevê grandes massas assaltando os palácios do poder, alterações radicais das instituições econômicas, políticas e sociais nem o barulho das ruas pela efusividade da inauguração de um novo tempo. Suas considerações conectam a reflexividade com a democracia, ou dito de outra maneira, atribui ao avanço da destradicionalização nas relações humanas o impulso ao “projeto reflexivo do eu” e à “democratização das emoções”, oportunidade de afirmação de aspirações que a própria globalização contribuiu para despertar. Giddens apresenta

um otimismo prudente fundado em novas motivações para a política, sintetizado na seguinte passagem:

Os indivíduos que têm um bom entendimento de sua própria constituição emocional, e que são capazes de se comunicar de maneira eficiente com os outros em sua base pessoal, provavelmente estão bem preparados para as tarefas e responsabilidades mais amplas da cidadania (Giddens, 1996:25).

Para Bauman, no entanto, a globalização não favorece o que podemos fazer a partir de vínculos destradicionalizados, mas *algo que nos acontece* em um mundo de senhores ausentes que estão em todo lugar e em lugar nenhum, pois nada fica estável por muito tempo e a arquitetura da ordem e do poder não é a mesma que se observava quando os investimentos, as instalações e as máquinas enraizavam-se geograficamente. Vivemos a “economia política da incerteza” definida como “o conjunto de ‘regras para pôr fim a todas as regras’ imposto pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais” (BAUMAN, 2000:175) incluindo um marco divisório do processo, definido em *Medo líquido*, como “globalização negativa”, isto é:

[...] a globalização altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo, todos os quais desdenham a soberania nacional e desrespeitam quaisquer fronteiras entre os Estados (BAUMAN, 2008:126).

Forças “livres” das mais diversas origens e com propósitos divergentes se lançam no espaço global e ultrapassam os controles dos Estados num movimento em certa direção. Não há um centro ou uma mesa diretora, porém a complexidade das atividades materiais contemporâneas, que conta com o auxílio precioso de uma narrativa que se apresenta como “a única solução possível”, faz com que as diferenças confluem para um sentido. Nas palavras de Pierre Bourdieu:

A *globalization* econômica não é um efeito mecânico das leis da técnica ou da economia, mas o produto de uma política implementada por um conjunto de agentes e de instituições e o resultado da aplicação de regras deliberadamente criadas para fins específicos, a saber, a liberalização do comércio (*trade liberalization*), isto é, a eliminação de todas as regulações nacionais que freiam as empresas e seus investimentos (Bourdieu, 2001:101).

O discurso da “universalização” exhibe a proposta de dirigir a sociedade como um negócio. Detentores do Prêmio Nobel de Economia como Amartya Sen, Paul



Krugman e Joseph Stiglitz são, entretanto, críticos ácidos dessa pretensão de produzir incerteza. Para eles é fundamental controlar os riscos das forças dos mercados que se movem de forma irracional, ao invés de pôr fim a todas as regras. São partidários da imposição de certas normas indispensáveis ao fluxo de mercadorias e de capitais para neutralizar a escravização dos esforços humanos empenhados na satisfação das necessidades de grandes massas humanas.

A economia política da incerteza, ao contrário, denota a ultrapassagem, o enfraquecimento ou a remoção de qualquer rede densa de vínculos entre indivíduos, grupos e classes. Essa dinâmica dá nascimento a uma nova hierarquização social dentro de uma ordem de mando muito mais ilegível, ao invés de consolidar as expectativas dos otimistas da globalização que projetam uma homogeneização tendencial pela dimensão planetária dos negócios, da circulação do dinheiro, da troca de mercadorias e da disponibilidade dos estoques mundiais de informação.

### **Produção social: a sociedade e o indivíduo**

A *nova* ordem mundial produziu inconstância e incerteza ou, dito de outra maneira, o sentimento de dispersão, particularidade, complexidade e descentramento. Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade*, reflete sobre as repercussões desse processo geral no ambiente interior dos indivíduos e chama a atenção para os “coleccionadores de experiências e sensações” para quem qualquer renúncia é vista como um atentado à liberdade individual. Ou seja, nada deve impedir a busca do prazer de cada um e todos estão *livres* para produzir a sua autoimagem desejada, pois se na sociedade tradicional as identidades eram *atribuídas* – algo que a modernidade contribuiu crescentemente para ser suplantado –, na globalização da modernidade avançada os mecanismos de controle da ansiedade e as bases psíquicas anteriormente orientadas segundo tais contextos *vêm se desmanchando no ar*.

A pergunta que se coloca é, pois, se tal cenário leva os indivíduos a se verem como sobreviventes assustados pelo terremoto da falta de referências e tomados pelo medo existencial. Seria esta a repetição globalizada do pesadelo de Max Weber da “gaiola de ferro” do processo de racionalização de seus homens sem transcendência, os *order addicts*? As indicações presentes na obra de Giddens não seguem nessa direção. Ainda que a radicalização do processo de globalização e de desencaixe tenha aumentado os abalos na constituição da identidade, o mundo da reflexividade oferece mais do que

tementes viciados em ordem. A “ação à distância”, contudo, dá ensejo inegavelmente a um processo de socialização com regras mais ilegíveis.

A diferenciação entre o local e o global transforma os “parâmetros da condição humana” (BAUMAN, 1999:7). Enquanto alguns podem se mover para qualquer parte, outros se encontram imobilizados nas localidades e estão à mercê das decisões de “senhores ausentes” e de processos que não controlam. Ou seja, em linguagem mais direta, “a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial” (BAUMAN, 2001:20). Por outro lado, a rede fluida do global ao local permite aos indivíduos aproveitar de oportunidades não previstas por outros, explorar controles fracos da autoridade central (SENNETT, 2010:103) e expressar suas individualidades pelos produtos consumidos e/ou estilos de vida adotados; afinal, dentro de uma sociedade de possibilidades *todos* os indivíduos podem construir um “projeto reflexivo do eu”. A dicotomia dessa realidade social, entretanto, produz uma situação caótica e de difícil leitura para grande parte das pessoas, as quais não conseguem vislumbrar com clareza o seu lugar na sociedade e tampouco os riscos envolvidos no processo de socialização.

Regra geral a identidade não concerne tanto àquilo que alguém faz, mas ao seu lugar de pertencimento (SENNETT, 2008) já que o nosso estilo de vida diferencial está ligado às nossas vivências, especialmente as da tenra idade. É por meio das experiências subjetivas – herança familiar, cognitiva, afetiva – que o indivíduo desenvolve os seus sistemas representacionais simbólicos e, conseqüentemente, sua ação no mundo (BOURDIEU, 1987). Assim, ele trará sempre, mesmo que de forma atenuada, as marcas do seu lugar de origem.

Além disso, a imagem projetada da possibilidade dos indivíduos se autoconstruírem em qualquer direção obscureceu um elemento importante do processo de formação humana. O ato de fazer algo bem feito, de dominar um conhecimento ou técnica e explorá-lo está intrinsecamente ligado à autodisciplina e à autocrítica dentro de um processo de repetição que busca obsessivamente a qualidade e que é incompatível com fazer muitas coisas por breves espaços de tempo (SENNETT, 2009). Mas, presos ao presente perpétuo, os indivíduos, em geral, canalizam sua atenção para as minúcias do dia-a-dia e constantemente alteram suas rotas. Ocorre que

Um filho da elite pode permitir ao luxo da confusão estratégica; um filho das massas, não. É mais provável que o primeiro tenha mais oportunidades em

virtude da origem familiar e das redes educacionais; o privilégio diminui a necessidade de traçar estratégias. Vigorosas e extensas cadeias de redes humanas permitirão a quem ocupa os níveis sociais mais altos viver no presente; estas cadeias constituem uma rede de segurança que diminui a necessidade de planificar estratégias de longo prazo. [...] Entretanto, a massa tem uma rede menos densa de contatos e suportes informais, razão que a faz mais dependente das instituições. (SENNETT, 2008:72 e 73, tradução livre).

Em época de *aggiornamento* individualista as consequências serão, portanto, bem distintas entre os participantes. Castel (2005a) ressalta que enquanto alguns potencializam suas capacidades ao se verem livres dos constrangimentos burocráticos anteriores, muitos outros são prontamente excluídos do jogo.

Ora, esta distribuição não se faz ao acaso. Além das diferenças de capacidades próprias aos indivíduos no plano psicológico – cuja hipótese de que elas se repartem de uma maneira aleatória é admissível – ela depende fundamentalmente dos recursos objetivos que esses indivíduos podem mobilizar e dos suportes sobre os quais eles podem apoiar-se para assumir as novas situações. Aqui é preciso lembrar que, para todos aqueles que não podem dispor de outros recursos a não ser daqueles que retirem do seu trabalho, esses suportes são essencialmente de ordem coletiva (CASTEL, 2005a:48).

O problema é que o desmantelamento e a reconstrução incessante de nossas instituições, como apontado por Giddens e Bauman, fez o terreno social mais instável e fragmentário. Nele apenas alguns (poucos), conforme aponta Sennett em *A Corrosão do Caráter* e em *A Cultura do Novo Capitalismo*, terão a capacidade de cruzar com segurança e êxito. Serão vencedores os indivíduos capazes de manejar o tempo e a si mesmo em relações de curto prazo, pessoas capazes de explorar competências potenciais frente a demandas cambiantes e que sejam hábeis em desprender-se do passado. Características essas estranhas à maior parte da gente. Já o reverso dessa moeda atinge amplas camadas sociais, que sem a proteção das institucionalidades para abrigar-se das peripécias da vida têm o seu estatuto social individual corroído.

A economia política da incerteza prescreve que a sociedade não deve ser onerada pelo amparo aos mais vulneráveis e todos devem ser estimulados a “mostrar o seu valor” mesmo nas condições mais adversas. Isso significa uma declaração política – encarnada no Estado e na administração dos negócios públicos – de que não se deve proteger aqueles que não contam com recursos e meios para ficar de pé. A proposta é a inversão de “seres dependentes” em “seres ativos” impulsionados por uma cultura que alimenta o “ambiente interior” das pessoas por meio da convicção de não se precisar de ninguém dentro do culto ao individualismo.

A tônica ao individualismo costuma ser negativa, porém como todo processo social sua análise revela maior complexidade que a simples divisão entre o “eu” e o “nós” pode traduzir. Se por um lado o fortalecimento da visão individual parece ter ligações diretas com a face americana da globalização e com sua crença no status (como a revelação do mérito pessoal que destaca o indivíduo das massas), por outro é o resultado direto das instituições do capitalismo social que graças a proteções coletivas consistentes suplantou as demandas existenciais mais prementes e agiu como um poderoso fator de individualização (CASTEL, 2005a). Noutras palavras, ao libertar os indivíduos de seus medos mais imediatos da sobrevivência, as instituições do estado social fomentaram o projeto *reflexivo do eu* possibilitando o questionamento da validade e do sentido dos princípios que fundamentavam a idade moderna. Isso libertou inúmeras pessoas das amarras burocráticas e opressivas do estado social, mas também fragmentou a vida de muita gente.

Com instituições incapazes de canalizarem os ganhos da riqueza, alguns – em posição privilegiada – passaram a açambarcar todos os ganhos, o que aumentou a desigualdade econômica e a instabilidade social (SENNETT, 2009). O que existe, deste ponto de vista, são indivíduos que se lançam solitariamente ao sabor das forças do mercado numa “versão individualizada e privatizada da modernidade” (BAUMAN, 2001:14) que faz cair sobre os ombros de cada pessoa – despojados de qualquer interferência coletiva – a responsabilidade de fracasso ou destino cruel e, também, as lãureas pelos êxitos.

O canto hipnótico da ascensão social ecoa que o mérito individual atrelado à genialidade, ao exótico, ao esforço e também à sorte pode levar qualquer um ao *sucesso*. A análise dos fios que ordenam o tecido social revelam, entretanto, outras sutilezas. Loïc Wacquant, em sua obra *Corpo e Alma*, traduz com maior clareza as regras do jogo. Os vencedores geralmente são recrutados no interior das franjas da classe operária, nas bordas da integração econômica estável e não entre as frações mais deserdadas do subproletariado. Trata-se de um processo que se opera não “sob o efeito de uma penúria de recursos monetários, mas pela *mediação das disposições morais e corporais*” cunhadas nos corpos (Wacquant, 2002:61, grifos do autor) e que tende a expulsar os mais excluídos.

Claro, há aqueles que prosperam mesmo advindos dos segmentos mais subalternos, “mas eles não são a maioria, assim como não são, em média, os

competidores que conhecem o maior sucesso no campo” (Wacquant, 2002:64). Diga-se, entretanto, que eles são fundamentais para sustentar no imaginário coletivo a possibilidade de que as chances são para todos.

O sonho de ser *o próximo vencedor* alimenta a adesão às enviesadas regras do jogo social que em outros tempos já foi menos acirrado. No período auspicioso do capitalismo social, o sistema produtivo era capaz de absorver vastos contingentes populacionais e incluir amplas camadas sociais no *American way of life*. O cenário, no entanto, se alterou.

O avanço das forças capitalistas e da maquinaria deslocou parte dos postos de trabalho para a periferia do sistema e também reduziu (ao menos formalmente) a necessidade de mão-de-obra levando o fantasma da inutilidade e da insegurança social a expressivo número de pessoas, muitas daquelas que outrora detiveram um papel central na modernização das sociedades. Assim, tragédias súbitas que antes apenas ameaçavam as parcelas marginais das sociedades passaram também a rondar as classes médias.

Ameaçadas e sem compreenderem a profundidade das mudanças elas puseram-se a caçar os responsáveis pela frustração coletiva. Como manifestação do seu *ressentimento* de serem largadas ao caminho passaram a ver “[...] a responsabilidade da desgraça sofrida em cima das categorias que estão justamente em cima ou embaixo na escala social” (CASTEL, 2005a:51) o que, por vezes, tem produzido a fúria em torno da agregação por semelhança – num reforço da ideia ilusória de “comunidade” – como compensação às profundas mudanças globais.

O recurso à “tradição”, como pontuou Hobsbawm em *A invenção das tradições*, não remonta necessariamente ao passado e pode ser um fenômeno recentíssimo. Lutas identitárias, muitas vezes levadas adiante com armas na mão, se ancoram no “sentimento de quem são aqueles de quem se descende, quem são aqueles com quem se é parecido no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, ou nos gestos, e a quem, por conseguinte, sente-se que se está empaticamente ligado, haja o que houver” (Geertz, 2001:207). Portanto, o recurso à tradição, muitas vezes, surge como resposta às angústias gestadas nas ameaças que rondam o *status* individual, as quais levam as pessoas a buscar um invólucro assegurador “na imagem de uma ordem social que nunca se altera e a projetá-la num passado que nunca existiu” (Elias & Scotson, 2000:176).

Imagens desfocadas que revelam não só as agruras experimentadas pelos atingidos desfavoravelmente pela globalização como também o movimento ambíguo em

que estamos inseridos, onde fronteiras nacionais são diluídas pelos fluxos econômicos, tecnológicos, culturais e de informação enquanto muros são erguidos nas divisas dos países ou medidas de “não ultrapasse” são acentuadas no local. Está em curso a disputa por relações de poder, não só econômica, mas das mais diversas aspirações e medos humanos.

Na luta pelo poder e por suas compensações os homens se ordenam – e reordenam a todo tempo – entre *Os estabelecidos e Os Outsiders*. Presos a um duplo vínculo de dependência e de desamparo buscamos “monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo” (Elias & Scotson, 2000:20). Aqui não há um equilíbrio estático, mas mutável de acordo com as próprias condições da vida. Tendencialmente, no entanto, os conflitos irão dormir latentes quando da existência de um grande diferencial de poder nas relações. Quando este se altera em favor dos *outsiders*, os conflitos costumam se tornar abertos.

Essa dinâmica não é exclusiva de nossos tempos, ao contrário, “tensões e conflitos são um componente estrutural intrínseco das hierarquias de *status* em todos os lugares” (Elias & Scotson, 2000:83). A peculiaridade contemporânea está nos efeitos corrosivos da economia política da incerteza que ao corroer as instituições típicas do capitalismo social fez da precariedade, da vulnerabilidade e da instabilidade elementos da sociabilidade contemporânea, os quais reunidos alimentam o caldo dos medos e das inseguranças e reavivam o sentimento de guerra de todos contra todos. Já o outro viés da contemporaneidade é o retraimento da motivação individual para a política, pois os medos e a ansiedade existencial dificultam a agregação e o cerrar fileiras em torno de interesses comuns na esfera pública.

### ***A Política do Comum***

As cores fortes de uma subjetividade e de uma sociabilidade experimentadas no dia a dia do “salve-se quem puder” no mundo da incerteza, ou, se quisermos, neoliberal, têm enfraquecido, ao longo do tempo, a política como espaço do pensar coletivo e, conseqüentemente, têm ocasionado profundas alterações nas formas de convívio humano.

Bauman ao tratar da frieza e do desinteresse humano que compõem os laços correntes, assim como dos elementos individualizantes e desamparadores da economia

política da incerteza, aprofunda essa investigação para salientar as linhas de tensão atualmente experimentadas para a ação coletiva. Para ele, os valores introjetados na economia política da incerteza expressam a privatização intensa das maneiras de ser, contribuem decisivamente para a ausência de solidariedade social e arrefecem o sentido da política como agregação das precariedades e das dores em demandas coletivas na esfera pública.

Ora, o grande engenho do Estado moderno foi a construção de uma propriedade social – em boa medida atrelada ao trabalho – capaz de assegurar que os não proprietários em sentido estrito gozassem substancialmente de seus direitos e suas vantagens e, não apenas os detivessem formalmente como já advertira Marx (CASTEL, 2005b). Foi com base num modelo solidarista que se buscou reduzir o risco social, entendido como “um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará pode ser previamente avaliado” e, por conseguinte, segurado (CASTEL, 2005a:61). Tratou-se, portanto, de um modelo consubstanciado sobre proteções sociais, as quais forneciam aos indivíduos um tanto de segurança com relação ao futuro.

Mesmo as mais alquebradas instituições do *welfare state* eram capazes de, em alguma medida, “encaixar” os membros da sociedade. Mas, o desmantelamento das instituições do capitalismo social – desacoplado de qualquer outro projeto político que discuta a repartição da riqueza social produzida – levou as massas a viverem em um estado contínuo de vulnerabilidade. A deriva tornou-se, assim, uma condição presente para grandes massas humanas em todo o mundo enquanto escolas, hospitais, empregos e programas de inclusão social foram substituídos por prisões. Loïc Wacquant e outros autores percebem nessa mudança de rumo a passagem do *welfare state* para o “Estado prisional” num retorno à ideia das “classes perigosas”.

A repressão dos delitos a punição dos culpados, a busca de uma *tolerância zero*, que corre o risco de ter de aumentar o número dos juízes e dos policiais são certamente curtos-circuitos simplificadores em relação à complexidade do conjunto dos problemas levantados pela insegurança. Mas estas estratégias, principalmente se elas são bem encenadas e perseguidas com determinação têm pelo menos o mérito de mostrar que se faz alguma coisa (não se é laxista) (CASTEL, 2005a:57, *itálicos no original*).

Esta política prisional, no entanto, não é capaz de funcionar como elemento de agregação da convivência humana. E pior, como o fantasma da inutilidade passou a rondar grandes quantidades de pessoas – fabricadas na “sociedade das habilidades”

(SENNETT, 2008) – o medo e a incerteza foram levados ao centro da vida contemporânea minando “os laços sociais e a estrutura psíquica dos indivíduos” (CASTEL, 2005a:31). Isso trouxe consequências diretas e imediatas na nossa forma de convívio – elevou os atritos nas relações e aumentou o estresse dos indivíduos – e, nos parece, trará outras num futuro próximo dado o grande desnível entre a expectativa das massas de obter proteções e a incapacidade das sociedades de efetivá-las.

Temos que se a singularidade individual não se constitui sozinha e a sociedade é um empreendimento coletivo, que entrelaça a todos e a cada um, é preciso perguntar-nos como novamente podemos transformar o ambiente em que vivemos mais poroso à política. Como podemos criar uma dimensão mais ou menos segura de uma vida compartilhada? E a partir daí investigar “quais as formas de proteção seriam compatíveis com a revolução das forças produtivas e dos modos de produção aos quais assistimos” (CASTEL, 2005a:67).

Até o momento, muitas indagações persistem nos campos das ciências social e econômica para tratar adequadamente do problema. Oscilando entre o discurso e a prática reformista das instituições pretéritas elas não têm ousado imaginar outras formas de regulações coletivas condizentes com as mudanças na produção e, também, com as aspirações individuais deste sujeito produzido na sociedade industrial.

Hoje parte significativa daqueles que Marx chamou de “exército industrial de reserva” não tem mais entrada na economia formal e eles já não mais serão absorvidos pelos possíveis ciclos de expansão econômica. Ao contrário, o número de seus integrantes tende a aumentar, pois a renovação tecnológica incessante desaloja crescentes contingentes da população mundial, que não participa nem participará diretamente da produção material. Isso, entretanto, não significa que não o façam indiretamente, visto que não mais é possível dividir claramente o trabalho formal e o informal (MALAGUTI, 2000).

É, pois, justamente a compreensão deste *detalhe* que pode elevar o patamar das discussões sobre *nos fazer sociedade*. Se considerarmos os indivíduos que estão fora da relação formal da produção da riqueza uma massa dispensável ou, na expressão de Zygmunt Bauman, um “refugo humano”, eles – os *outsiders* – serão “exterminados ou postos de lado até perecerem” (Elias & Scotson, 2000:32). Inversamente, se os considerarmos relevantes na produção da riqueza social, o esforço para manter o vínculo social será legítimo ao se basear na ideia de um *nós comunal*. Mas infelizmente,



ainda não compreendemos que “num mundo cada vez mais interdependente a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito bumerangue” (Elias & Scotson, 2000:35).

### **Considerações Finais**

No nexos entre os processos gerais e a experiência cotidiana, a globalização, como movimento sócio histórico em curso, tem reorganizado as relações sociais em outras magnitudes de tempo e de espaço. Por um lado, fez com que acontecimentos locais passassem a ser modelados por eventos ocorrendo a milhares de quilômetros de distância; sacudiu fortemente – ou mesmo desmontou – contextos tradicionais de confiança deslocando as referências usuais dos indivíduos; atingiu violentamente as bases das instituições do estado social e a capacidade de mando dos estados nacionais. Por outro, trouxe um fluxo contínuo de informações renovadas – alimento da *reflexividade* nas práticas sociais – e diluiu os controles centrais de encaixe dos indivíduos permitindo-lhes maior espaço na criação e afirmação de suas identidades. Enfim, a globalização semeou o chão com permanentes mudanças – liberadoras e assustadoras – e abriu novas possibilidades ao devir histórico.

São mudanças vertiginosas e profundas que vêm encobrendo o entrelaçamento social que enreda a todos e a cada um. Se já não é possível sustentar o molde de muitas das instituições do estado social tampouco o mero dismantelamento das redes de proteção social e o estabelecimento de um estado prisional serão capazes de tramar o tecido social com condições saudáveis – físicas e emocionais – de desenvolvimento humano. Contudo, a ausência de ares renovados nas instâncias nacionais e transnacionais não tem propiciado a construção de um projeto político, que discuta a repartição da riqueza criada, dentro dos *novos* paradigmas da produção social.

Ora, o processo social é um construto político e econômico que dinamicamente produz tanto o indivíduo quanto a sociedade. Contemporaneamente seu movimento traz o desafio da invenção institucional sob novas condições e da habilitação de agentes políticos que façam a devida tradução das novas dores em temas públicos capazes de arremessar novas paixões e interesses em torno de uma vida mais solidária.

## Referências

Bauman, Zygmunt (1999), *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (2000), *Em busca política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (2008), *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1998), *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bourdieu, Pierre (2001), *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1987), *A economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sérgio Micelli. São Paulo: Perspectiva.

Castel, Robert (2005a), *A Insegurança Social. O que é ser protegido?* Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2005b), *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes.

Elias, Nobert & Scotson John (2000), *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Geertz, Clifford (2001), *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Giddens, Anthony (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

\_\_\_\_\_. (1996), *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.

\_\_\_\_\_. (2000), *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

Held, David & McGrew Anthony (2001), *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Malaguti, Manoel Luiz (2000), *Crítica à Razão Informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo.

Sennett, Richard (2009), *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. (2010), *A Corrosão do Caráter*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. (2008), *La Cultura del nuevo Capitalismo*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Anagrama.

Wacquant, Loïc (2002), *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Trad. Ângela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará.